

CôA Visão₂₈

Economia
Ciência
Cultura
Poética

CÔAVISÃO 28

COORDENAÇÃO

José Manuel Costa Ribeiro
António N. Sá Coixão

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
Praça do Município
5150-642 Vila Nova de Foz Côa

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Lobão, Lda.
Almada

DEPÓSITO LEGAL

121116/98

ISSN

2183-234X

TIRAGEM

750 exemplares

CAPA

Vinhas doiradas...
Fotografia de Adriano Ferreira

DATA DE EDIÇÃO

Maio de 2026

PERIODICIDADE

Anual

ÍNDICE

PREFÁCIO 5

INTRODUÇÃO

Os Coordenadores 7

ECONOMIA

Despovoamento e desenvolvimento territorial na Europa: uma análise crítica a partir da economia regional, da governação multinível e da inovação social

José R. Pires Manso 11

Valoração social, apropriação territorial e governação patrimonial nos Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa

José Paulo Francisco 17

Gil Vicente, beirão, nasceu em Guimarães de Tavares

António Fortes 35

Senabrés, a llengua de casa

Daniel Boyano Sotillo 43

Novas figuras antropomórficas do Paleolítico Superior na arte do Côa, em dois sítios da margem direita do Douro: Vale de João Esquerdo e Vale do Esfola Cabras

Mário Reis 49

Comunicação ancestral: o estudo da arte rupestre

José Moreira 59

As gravuras rupestres da ribeira da Gravata. Grafismos simbólicos de uma comunidade pastoril (Maçores, Douro Transmontano-Raiano)

RESEÑA

Madelín Zeida Pupo Santiesteban. . 77

CIÊNCIA

Regresso à Penascosa (quase) 30 anos depois da inauguração do PAVC

Thierry Aubry, Miguel Almeida, Sílvia Aires, André Ferreira, Luís Luís, Patrícia Ramos, André T. Santos e Marcelo Silvestre 81

Trabalhos Arqueológicos em Castanheiro do Vento: 2025

João Muralha e Américo Araújo . 93

Dados Arqueológicos na Região do Baixo Côa. O Fim do Mundo Antigo e o Começo da Idade Média

António N. Sá Coixão 107

30 Anos do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Europa, Memória e Pensamento Fozcoense

João Paulo Lucas Sousa 123

Ritos del fuego en la Raya hispano-portuguesa. Hogueras tradicionales en Ciudad Rodrigo

José Ignacio Martín Benito 127

O sempre surpreendente engenheiro agrónomo Artur Saraiva Castilho

Aires Diniz 137

«Pinhel Guarda-Mor do Reino - o Concelho no Século XIX»: a Interpretação Histórica de Marinho dos Santos

José Luís Lima Garcia 153

Como ver agora os sindicatos?

João Freire 165

El arte de la filigrana en el noroeste peninsular. Aportación a los orígenes y paralelos etnográficos

José Miguel Sánchez Benito 169

João da Chela chamado por Carlos d'Abreu

Paulo Jorge Brito e Abreu 181

CULTURA

**Marmalho – Uma palavra,
um mistério, um milagre**
Albino Matos187

**Uma pérola cintilante no Alto-
-Douro! Apontamentos históricos
da comunidade paroquial da Póvoa
da Veiga da Terra de Santa Maria
e a génese devoção a Santa Maria
da Veiga - séculos XIII/XV**
Luciano Moreira191

**A revolta do Vilarinho
da Castanheira contra o imposto
do trabalho braçal (1938)
(uma primeira abordagem)**
Carlos d'Abreu..... 207

**Ferrocarril en la Raya – ese
problema sin solución**
Ángel Centeno.....217

**Una excursión a la “sacristía
de Camporredondo”**
Carlos García Medina 223

**Telmo Ferraz, A Gramática
de uma Fidelidade Centenária.
Um Século de Lodo e Estrelas**
Henrique Manuel Pereira.....227

Um rio ímpar e universalista
Paulo Cordeiro Salgado231

Esperantiso, lingvo internacia
Roxana Paz & Roger Prieto..... 237

Desde cuando...
Jesús Gómez Morante 243

Poética
Augusto Pedregoso 253
Carlos d'Abreu..... 254
Carmen del Rio Bravo..... 255
Carmen Herrera Castro 256
Edison Alves..... 257
Helena Carvalho 258
Josep Mata..... 259
Karlotti do Vale 260
Luís Maçarico.....261
Mohamed Hammú 262
José Carlos Garrucho 263

Portefólio
Victorino Calderón 265

Anexo
Pedro Duarte 303
Gustavo Duarte 305
João Paulo Sousa 307
Rui Vieira..... 309
J. C. Lopes Martins 311
Filipe M. F. Palavra313

Valoração social, apropriação territorial e governação patrimonial nos Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa

José Paulo Francisco¹

Resumo

Este artigo parte do problema de compreender os valores patrimoniais do Vale do Côa não como atributos intrínsecos do bem, mas como processos sociais de qualificação, legitimação e governação. Com base num recorte comunitário da investigação doutoral, apoiado em entrevistas semiestruturadas e grupos focais, analisa comparativamente as perspectivas de atores locais sobre os Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa. Os resultados mostram que o valor histórico-científico constitui o núcleo mais estabilizado da legitimidade patrimonial, mas que a sua tradução social permanece desigual. Sustenta-se, por isso, que a sustentabilidade do Côa depende da articulação entre conservação, mediação, participação efetiva e inteligibilidade territorial do património.

Palavras-chave: valores patrimoniais; Vale do Côa; apropriação social; governação patrimonial.

1. Introdução

Os Sítios de Arte Rupestre Pré-Histórica do Vale do Rio Côa constituem um caso particularmente fecundo para pensar a relação entre valor, legitimação e governação patrimonial. Mais do que tratar o património como realidade autoevidente fundada na excecionalidade material do bem, importa observar como o Côa foi historicamente qualificado, consagrado, apropriado e governado por diferentes ato-

res e escalas. A descoberta das gravuras, o confronto com o projeto da barragem, a inscrição na Lista do Património Mundial e a institucionalização do PAVC e do Museu do Côa converteram este território num laboratório privilegiado para analisar a produção social do valor patrimonial.

A literatura internacional tem insistido em que a conservação patrimonial não pode ser reduzida nem às propriedades materiais dos bens nem à autoridade pericial. O património envolve processos de atribuição, reconhecimento, seleção e estabilização do valor, nos quais se articulam escalas institucionais, mediações territoriais, usos sociais diferenciados e relações desiguais de autoridade. Nesta perspetiva, a questão central já não é apenas saber o que o património vale, mas compreender como esse valor se torna publicamente defensável e governativamente operativo.

É neste horizonte que se situa o presente artigo. O objetivo consiste em analisar comparativamente as perspectivas de atores locais sobre os valores patrimoniais atribuídos aos Sítios de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa, interrogando simultaneamente a forma como esses valores variam segundo as posições dos atores e em que medida a sua pluralidade encontra tradução na governação do bem. Sustenta-se que o Côa é objeto de uma valoração plural, mas hierarquizada: alguns valores apresentam maior estabilização pública, enquanto outros dependem mais intensamente da experiência social, da memória do conflito, da utilidade territorial e das condições efetivas de participação.

Recortando um subcorpus de uma investigação doutoral mais ampla para um artigo de síntese, privilegiam-se quatro eixos analíticos que decorrem diretamente deste problema: a estabilização do valor histórico-científico; a diferença entre consagração institucional e apropriação social; a utilidade territorial do património; e o problema da participação e da governação de proximidade. Não se trata, por isso, de inventariar opiniões dispersas, mas de reconstruir comparativamente regimes situados de valoração na escala comunitária.

Este recorte concentra-se na escala comunitária da valoração patrimonial, mas lê-a em articulação com

¹ Programa de Doutoramento Sociedade e Cultura, Universidade de Barcelona.

o desenho multiatores da investigação, que inclui especialistas, gestores, autoridades municipais e investigadores residentes. O objetivo não é esgotar o sistema social do Côa, mas tornar visível o modo como a escala local reinscreve, traduz e por vezes tensiona valores já estabilizados noutras instâncias de legitimação e gestão.

Nos sítios inscritos na Lista do Património Mundial, a linguagem da participação e do envolvimento dos atores locais tornou-se recorrente, mas nem sempre se traduz em instrumentos efetivos de gestão. Castillo (2015) observa que muitos planos continuam a tratar esses atores como listas estáticas de entidades formalmente reconhecidas, propondo, em alternativa, um mapeamento dinâmico que inclua agentes indiretos e posições potencialmente conflitivas. Este enquadramento é particularmente útil para o Côa, porque permite ler a participação não como simples difusão patrimonial, mas como problema de tradução entre legitimidade institucional, reconhecimento territorial e capacidade de incidência dos atores locais.

2. Valores, património e processos de valoração

A noção de valor patrimonial ocupa hoje lugar central nos estudos do património e nas abordagens de gestão baseada em valores, mas essa centralidade não eliminou ambiguidades conceptuais. Dos trabalhos reunidos por de la Torre e Mason às formulações mais recentes sobre gestão baseada em valores, consolidou-se a ideia de que os bens culturais importam porque são investidos de significados e expectativas plurais, e não porque transportam um valor único, objetivo e autoevidente (de la Torre, 2002; Mason, 2002; Avrami, Macdonald, Mason & Myers, 2019; Stephenson, 2008; Azzopardi et al., 2023). Falar de valores do património implica, por isso, analisar operações de atribuição, reconhecimento e justificação, bem como os seus efeitos sobre conservação, uso e governação.

Fredheim e Khalaf (2016) demonstraram que as tipologias de valor, embora indispensáveis à comunicação da significância patrimonial, podem tornar-se empobrecedoras quando cristalizam categorias im-

plícitas ou separam artificialmente dimensões que, na prática social, surgem entrelaçadas. A leitura dos valores como quadro heurístico, e não como taxonomia rígida, é especialmente útil em contextos arqueológicos complexos, nos quais o património funciona simultaneamente como evidência, experiência, associação, recurso territorial e foco de disputa política. Também Fouseki e Sakka (2013) mostraram que os valores variam não apenas entre peritos e não peritos, mas também no interior dos próprios grupos especializados, reforçando a necessidade de investigação empírica fina antes da definição de estratégias de interpretação e gestão.

A sociologia da valoração, tal como formulada por Heinrich, permite aprofundar esta perspetiva. Os valores não são apenas opiniões subjetivas nem simples reflexos de atributos materiais; resultam de processos de qualificação através dos quais um objeto, um lugar ou uma prática adquirem consistência pública e se tornam defensáveis em diferentes arenas sociais (Heinrich, 2017). Em paralelo, a crítica do Authorized Heritage Discourse recorda que a patrimonialização é atravessada por relações de poder: certos atores dispõem de maior autoridade para definir o que conta como património, que usos são legítimos e que memórias são convertidas em valor público (Smith, 2006; Harrison, 2013). É neste cruzamento entre qualificação social, reconhecimento desigual e regimes institucionais de legitimação que o caso do Côa ganha inteligibilidade analítica.

O valor social do património, em particular, tem sido objeto de intenso debate. Jones (2017) mostrou que esta categoria é simultaneamente indispensável e difícil, porque tende a condensar pertença, memória, coesão, bem-estar, reconhecimento e expectativas de utilidade sem se deixar reduzir a uma só métrica. Waterton e Smith (2010) chamaram a atenção para os processos de reconhecimento e *misrecognition* que atravessam o chamado *community heritage*, enquanto Wagenaar, Rodenberg e Rutgers (2023) evidenciaram como os valores sociais são frequentemente marginalizados em benefício de valores mais facilmente institucionalizáveis, como os científico-técnicos ou os económicos. Esta tensão é decisiva para o Côa, onde a forte consagração pública do

património convive com modalidades desiguais de apropriação quotidiana, participação e retorno local. A bibliografia sobre participação e governação patrimonial oferece outro ponto de apoio fundamental. A Convenção de Faro e os debates subsequentes sobre governação participativa defendem que o património não deve ser gerido apenas para as comunidades, mas também com as comunidades, reconhecendo o seu direito a participar na definição dos significados, usos e futuros possíveis do bem (Council of Europe, 2005; European Union, 2018; Colomer, 2021; Cortés-Vázquez, Jiménez-Esquinas & Sánchez-Carretero, 2017). Tal não implica dissolver a importância do conhecimento técnico, mas reconfigurá-lo numa lógica de mediação, transparência e responsabilização. No caso do Côa, esta questão ganha espessura porque a memória do conflito, a centralidade do Parque e do Museu e a persistência de expectativas de desenvolvimento territorial fazem da governação um terreno particularmente sensível. Importa, contudo, distinguir participação substantiva de mera difusão patrimonial. Alguns estudos avaliativos recentes, aplicados a contextos específicos do Património Mundial, mostram níveis reduzidos ou formalizados de participação comunitária, sugerindo a necessidade de instrumentos mais rigorosos de monitorização e avaliação. Nesse sentido, Castillo (2019) chama a atenção para a confusão recorrente entre participação e educação ou difusão, ao passo que Li, Krishnamurthy, Roders e van Wesemael (2020) mostram, em contextos situados, a persistência de envolvimento comunitários limitados ou pouco estruturados.

3. Desenho metodológico

Este artigo integra a investigação doutoral intitulada Os Valores do Património dos Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa, desenvolvida na Universidade de Barcelona, e recorta a escala comunitária de um desenho qualitativo mais amplo. O foco recai sobre atores locais cuja relação com o património se constrói através da escola, da mediação, da atividade económica, da experiência associativa e da memória do conflito. Metodologicamente, o re-

corte responde ao propósito de observar como os valores se distribuem, se hierarquizam e se tornam socialmente inteligíveis numa escala territorial de proximidade.

O subcorpus foi definido no interior de um desenho qualitativo de inspiração etnográfica, baseado em identificação de grupos de interesse, triangulação de métodos, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e comparação intergrupar. Não se trata apenas de compor uma amostra, mas de tornar observáveis posições sociais distintas perante o património e de reconstruir, a partir delas, diferentes gramáticas de justificação do valor.

Nesta perspetiva, a identificação dos grupos funciona como operação analítica de mapeamento relacional dos atores relevantes para a produção, circulação, apropriação e eventual contestação do valor patrimonial. A opção aproxima-se da proposta de Castillo (2015) e da sequência perceção social - mapeamento de atores - ações participativas formulada por Castillo (2019), aqui reespecificada para um desenho qualitativo comparativo centrado nas gramáticas de valoração do Côa e na sua tradução desigual em formas de reconhecimento e governação.

As entrevistas individuais partiram de um guião comum organizado em torno de seis objetivos: identificar valores patrimoniais; verificar mudanças de valoração; observar diferenças entre atores; analisar a importância relativa desses valores, com particular atenção aos valores sociais; examinar a perceção da participação comunitária; e identificar contributos para um futuro plano de gestão. Os grupos focais preservaram os mesmos núcleos de observação, adaptados à dinâmica coletiva. A composição do corpus seguiu, assim, uma lógica de grupos de interesse próxima da operacionalização proposta por Vargas Velásquez (2020), reespecificada para o contexto social e institucional do Vale do Côa.

A fase principal do trabalho de campo decorreu entre fevereiro e julho de 2022 no território do Parque Arqueológico do Vale do Côa, tendo sido complementada, em 2023, pela realização do grupo focal da Universidade Sénior. No subcorpus aqui mobilizado foram realizadas 23 entrevistas individuais e dois grupos focais de seis participantes cada, um ju-

venil e outro sénior, com registo áudio e posterior transcrição. Todos os participantes foram anonimizados através de códigos alfanuméricos associados ao respetivo segmento analítico, tendo o corpus sido tratado em regime de confidencialidade e uso científico. Importa ainda sublinhar que o setor social assenta numa entrevista exploratória, pelo que as inferências relativas a esse segmento devem ser lidas com prudência e sempre em articulação com os restantes grupos.

O tratamento analítico do material combinou codificação temática, comparação intergrupar e visualização do corpus com apoio do software MAXQDA. As categorias resultaram do cruzamento entre dimensões previstas no guião e temas emergentes do corpus. Optou-se por uma comparação interpretativa baseada na recorrência temática, no peso argumentativo dos segmentos, na hierarquização explícita dos valores e na convergência das leituras produzi-

das em diferentes grupos, em linha com abordagens qualitativas orientadas para a interpretação comparativa de regimes de valor e formas de participação patrimonial (Low, 2002; Gould, 2016). O objetivo não foi transformar perceções em frequências, mas reconstruir como determinados valores ganham estabilidade pública e como outros permanecem dependentes de mediação, experiência vivida e utilidade territorial. Para efeitos de síntese visual comparativa, as saliências qualitativas discutidas nas secções analíticas foram posteriormente transpostas para uma escala ordinal estritamente heurística, usada apenas como apoio gráfico à interpretação e sem qualquer pretensão de quantificação estatística do corpus. Para situar este recorte no desenho global do estudo, a **Figura 1** sintetiza o mapa dos dados primários mobilizados na investigação e explicita a articulação entre escalas analíticas, subcorpora e variáveis transversais.

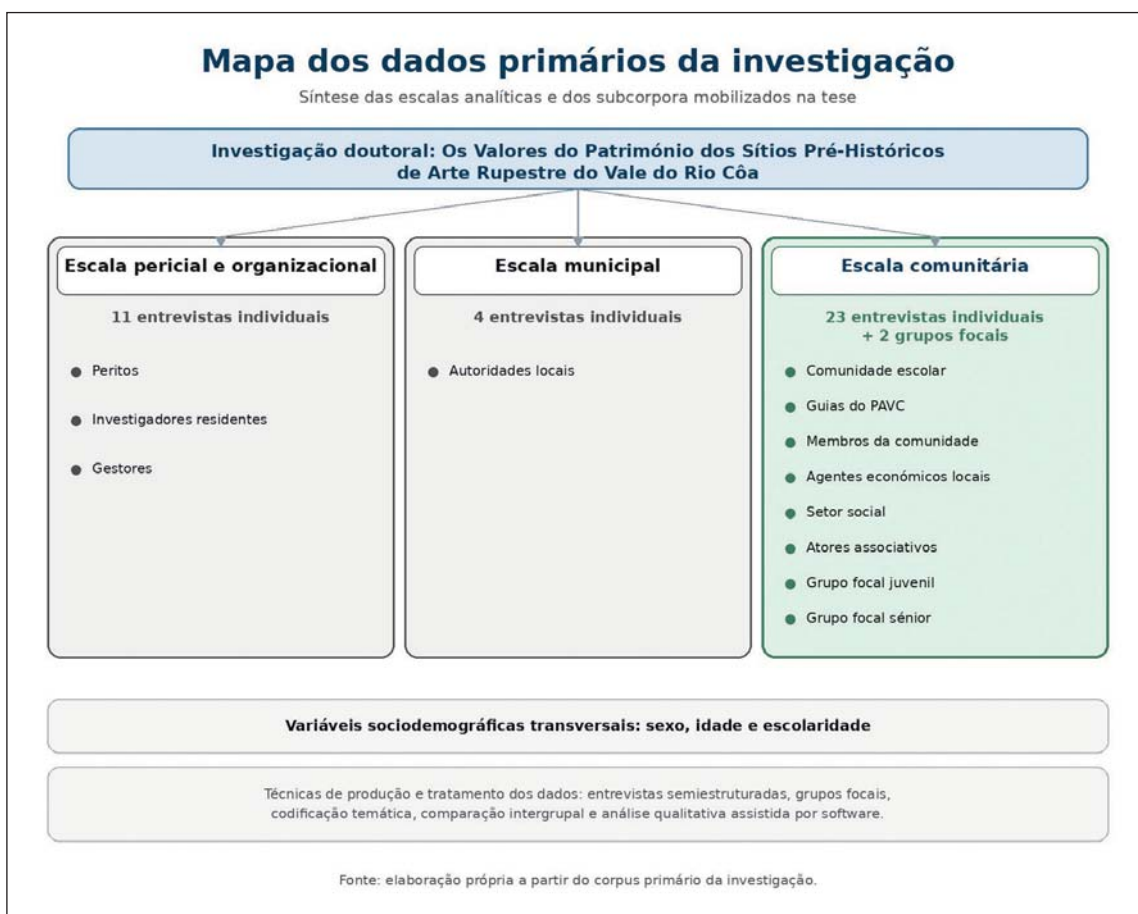


Figura 1: Mapa dos dados primários da investigação. Diagrama original do autor, destinado a situar o subcorpus comunitário no desenho global da investigação doutoral.

Como se observa na Figura 1, o presente artigo mobiliza especificamente a escala comunitária de um desenho qualitativo mais amplo, cuja composição detalhada do subcorpus analisado é apresentada na

Tabela 1.

Grupo / corpus	Material empírico	Questões dominantes	Função analítica
Comunidade escolar	3 entrevistas individuais	educação patrimonial; identidade; conservação; gestão local	observar a mediação escolar e a formação de consciência patrimonial
Guias do PAVC	3 entrevistas individuais	excepcionalidade histórica; mediação pública; turismo; conservação	analisar a valoração autorizada produzida no terreno
Membros da comunidade	5 entrevistas individuais	orgulho local; memória do conflito; retorno local; participação	examinar apropriação comunitária e reconhecimento desigual
Agentes económicos locais	3 entrevistas individuais	turismo; emprego; marca territorial; circulação urbana	explorar a conversão do valor patrimonial em utilidade económica
Setor social	1 entrevista exploratória	desenvolvimento local; benefício tangível; utilidade social	identificar uma gramática de utilidade territorial do património
Atores associativos	4 entrevistas individuais	participação; identidade; proximidade institucional; governação	avaliar condições sociais de legitimidade da gestão
Grupos focais juvenil e sénior	2 grupos focais intergeracionais	memória do conflito; futuro; comunicação; retorno local	comparar temporalidades geracionais da valoração patrimonial

Tabela 1: Corpus empírico e função analítica do artigo

4. Pluralidade axiológica e núcleos de legitimação

A primeira conclusão transversal do corpus é a existência de um núcleo de legitimação histórico-científico amplamente estabilizado. Em praticamente todos os segmentos, ainda que com variações de linguagem e de intensidade, o Côa é reconhecido como património de excecional valor histórico, arqueológico, artístico e científico. A sua singularidade cronológica, a raridade das gravuras, a escala do conjunto e a inscrição na pré-história europeia funcionam como fundamentos de uma legitimidade fortemente consolidada, reconhecida por atores escolares, comu-

Nota: Os grupos foram selecionados por relevância analítica e diversidade posicional, de modo a captar modalidades distintas de relação com o património, com a mediação institucional e com o território.

nitários, associativos, turísticos e económicos. Esta centralidade do núcleo histórico-científico converge com o que a literatura tem identificado como capacidade de certos valores patrimoniais adquirirem maior generalização pública do que outros, mesmo quando coexistem com leituras sociais mais diversificadas (Díaz-Andreu, 2017; Mydland & Grahn, 2012). Como sintetiza uma participante do Grupo Focal Universidade Sénior, o Côa tem, “a nível científico e histórico”, uma importância fundamental porque permite “um conhecimento muito mais apurado sobre a história da humanidade e, sobretudo, sobre a história da própria Europa” (Grupo Focal Universidade Sénior, 2023).

Esta predominância do valor histórico-científico não decorre de uma suposta autoevidência material do bem. O corpus mostra, antes, um trabalho social de qualificação que torna certos atributos mais públicos, comunicáveis e defensáveis. A importância da ciência, da antiguidade e da excecionalidade resulta de operações reiteradas de mediação, reconhecimento e consagração. Nesse sentido, o Côa confirma que a valoração patrimonial é sempre um processo relacional, dependente de enquadramentos institucionais, narrativas públicas e formas socialmente distribuídas de reconhecimento do valor (Heinich, 2017; Smith, 2006; García Canclini, 1999).

A insistência dos participantes em valores histórico, científico, artístico e de raridade confirma, assim, o diagnóstico de Fouseki e Sakka (2013): em contextos arqueológicos, a significância não decorre apenas da materialidade preservada, mas também das camadas de associação, de autoridade e de inteligibilidade que tornam o bem publicamente defensável. No caso do Côa, esta autoridade não é apenas académica; está também profundamente ligada à memória da sua salvaguarda. A defesa do sítio contra a barragem, recordada por diferentes interlocutores, funciona como prova histórica da sua importância e como episódio fundador da sua patrimonialização contemporânea. O património vale porque é antigo e singular, mas vale também porque foi defendido, disputado e institucionalmente afirmado.

Tal estabilização, porém, não é absoluta. O núcleo histórico-científico constitui antes uma base comum sobre a qual cada grupo recompõe a sua própria hierarquia de valores. Os guias articulam mais facilmente significância patrimonial e experiência de visita; a comunidade escolar associa valor histórico e função educativa; os agentes económicos sublinham a relação com turismo, economia e desenvolvimento; e os atores associativos tendem a integrar memória, identidade e participação. O que se encontra, portanto, não é uma valoração uniforme, mas um campo de variações assente sobre uma legitimidade de base amplamente partilhada, o que confirma a necessidade de pensar os valores patrimoniais como configurações situadas e relacionalmente distribuídas (Stephenson, 2008; Mydland & Grah, 2012).

Esta articulação aparece de modo particularmente claro no subcorpus comunitário, onde MCo1 sublinha que “todos eles se interligam e todos eles têm a sua importância”, embora exista “uma base fundamental” associada à investigação e à defesa do bem.

5. Consagração institucional e apropriação social desigual

Se o primeiro eixo comparativo confirma a força da consagração histórico-científica, o segundo revela uma clivagem decisiva entre reconhecimento institucional e apropriação social. A maioria dos entrevistados reconhece sem hesitação a importância do Côa; mas tal reconhecimento não equivale automaticamente a integração quotidiana, sentido de pertença intensa ou perceção de participação efetiva na vida patrimonial. O património pode ser admirado e, ao mesmo tempo, sentido como relativamente distante. Esta diferença entre consagração e apropriação constitui um dos resultados mais consistentes do corpus e aproxima o caso do Côa dos debates sobre reconhecimento desigual e património comunitário (Waterton & Smith, 2010; Jones, 2017; Díaz-Andreu & Ruiz, 2017). A formulação de GUIA02 é especialmente expressiva: a população orgulha-se de que «só Foz Côa» tenha as gravuras, mas nem sempre vive ainda esse património «de uma maneira forte», razão pela qual essa identidade «necessita de ser trabalhada». Esta dissociação entre consagração institucional forte e apropriação social diferenciada encontra paralelo noutras investigações sobre Património Mundial e arqueologia, nas quais se observam desconexões entre visões especializadas e perceções cidadãs, o que reforça a importância de monitorizar não apenas a legitimidade formal do bem, mas também os modos concretos da sua receção, reconhecimento e incorporação social (Castillo, Domínguez & Yáñez, 2016). É particularmente significativo que, neste subcorpus, surja com frequência a recusa de hierarquias rígidas entre valores. Vários entrevistados insistem em que “todos eles se interligam”, “estão todos ligados” ou “não dá para separar”. Estas formulações não anulam diferenças internas, mas mostram que os participantes tendem a pensar o património como tota-

lidade experiencial, e não como soma de atributos discretos. A literatura tem mostrado precisamente que as tipologias de valor são heurísticas úteis, mas tornam-se insuficientes quando ignoram a forma como os atores articulam dimensões históricas, identitárias, sociais, educativas e económicas no mesmo juízo de valor (Fredheim & Khalaf, 2016; Jones, 2017). A memória do conflito da barragem continua a desempenhar papel central nesta economia moral do património. Entre os participantes que viveram mais de perto os acontecimentos da década de 1990, o Côa aparece indissociavelmente ligado a uma história de mobilização, perda evitada, afirmação territorial e conquista simbólica. Não se trata apenas de recordar um episódio; trata-se de ler o património à luz de uma experiência histórica concreta, que continua a organizar expectativas sobre justiça territorial, retorno local e reconhecimento público do território (Nora, 1989; Samuel, 1994).

Esta clivagem ajuda a compreender por que razão o valor identitário do Côa é simultaneamente forte e incompleto. Forte, porque o sítio funciona como emblema distintivo do território e como referência simbólica do concelho; incompleto, porque nem todos os grupos sentem do mesmo modo a sua inscrição na vida quotidiana local. Como observou ASSOC3, os sítios «têm que ser considerados como deles» e não vistos «como estranhas», formulação que traduz de forma particularmente nítida a passagem ainda incompleta entre património reconhecido e património efetivamente incorporado. O património, neste ponto, aproxima-se das dinâmicas de identificação territorial descritas pela literatura sobre interpretação, identidade de lugar e reconhecimento comunitário (Uzzell, 1996; Waterton & Smith, 2010). Os atores associativos e os grupos focais tornam esta tensão particularmente visível. Nos seus discursos, o valor social não aparece em concorrência com os valores histórico, científico ou económico; surge, antes, como condição para que todos os restantes valores possam ganhar densidade territorial. A formulação recolhida no Grupo Focal Universidade Sénior é, a este respeito, decisiva: «como identidade colectiva» o Côa «não é sentido dessa maneira» (Grupo Focal Universidade Sénior, 2023), precisamente

porque se trata de um património de 30 000 anos, mundial e anterior à própria existência de Portugal e de Foz Côa. O que está em causa não é a negação do valor do bem, mas a consciência de que a consagração universal não produz por si só identificação comunitária densa. Daí a insistência em políticas de envolvimento, em mecanismos de participação e em maior abertura institucional, recusando uma patrimonialização exclusivamente administrada de cima para baixo e defendendo formas mais dialogadas de construção de soluções patrimoniais (Quintero Morón & Sánchez Carretero, 2017; Colomer, 2021).

6. Valor económico, utilidade territorial e limites da conversão

A terceira linha analítica diz respeito à conversão do valor patrimonial em utilidade territorial. Entre agentes económicos locais e, de modo exploratório, no setor social, o Côa é reconhecido como ativo com efeitos em visibilidade, procura, emprego e diferenciação territorial.

Importa, contudo, sublinhar que o corpus não mostra uma redução linear do património à lógica mercantil. Mesmo os entrevistados que mais fortemente enfatizam a dimensão económica reiteram que o valor do Côa não se esgota no turismo, nem pode ser subordinado a formas de exploração que ponham em risco a integridade do sítio. O que aparece nos discursos é antes uma expectativa de compatibilização: o património deve gerar desenvolvimento, mas esse desenvolvimento só é legítimo se preservar a singularidade e a importância cultural do bem (Burtenshaw, 2014; Throsby, 2006).

O que se observa, porém, é uma tensão persistente entre visibilidade patrimonial e distribuição local dos benefícios. Os agentes económicos reconhecem que o Côa trouxe visitantes, emprego e notoriedade, mas também sublinham a fraca capilaridade urbana desses efeitos e a insuficiente articulação entre museu, cidade, comércio, restauração e oferta turística. O subcorpus do setor social, embora reduzido, reforça esta leitura por outra via. O património é legitimado em função da sua capacidade de gerar desenvolvimento e coesão, mas a ausência de planeamento

concertado e de envolvimento continuado da sociedade surge como obstáculo à conversão plena desse potencial.

A tensão entre conservação e uso turístico é, por isso, um dos pontos em que o corpus mais claramente se organiza em torno de polaridades. Entre guias, comunidade escolar e parte dos agentes económicos, não existe defesa de abertura irrestrita nem rejeição do turismo; existe antes procura de um equilíbrio entre fruição, interpretação, preservação e sustentabilidade. Esta posição aproxima o Côa de outros contextos patrimoniais em que o problema central não reside em escolher entre conservação e acesso, mas em construir regimes de visitação e mediação compatíveis com a fragilidade do bem e com a legitimidade pública da sua gestão (Wallace, 2013; Parga-Dans & Alonso González, 2019).

7. Participação, mediação e governação de proximidade

Os resultados desta secção podem ser lidos à luz da distinção entre simples identificação de atores e efetivo mapeamento de um ecossistema relacional. Como sublinha Castillo (2015), a eficácia da gestão patrimonial depende também do reconhecimento de posições indiretas, ambivalentes ou potencialmente conflitivas, precisamente porque   a  que se produzem falhas de comunicação e bloqueios   mediação social.

A quarta dimensão decisiva do corpus diz respeito   participação,   mediação e   governação. Em vários grupos emerge a ideia de que a sustentabilidade do C a exige relações mais densas entre instituições patrimoniais, autarquia, escola, agentes económicos, associações e comunidade, não apenas em momentos de conflito ou celebração, mas como prática regular de tradução social do valor.

A comunidade escolar desempenha, neste ponto, papel estratégico. As entrevistas mostram que a escola funciona como instância de mediação decisiva entre os Sítios, o Museu e as gerações mais jovens. O património entra no quotidiano escolar não apenas como conteúdo histórico, mas como recurso pedagógico, motivo de orgulho local e plataforma de

abertura ao mundo. Como sublinha CE02, o trabalho educativo implica que os alunos «vão aos lugares arqueológicos e que comecem a senti-los também como deles». Esta centralidade confirma o papel da educação patrimonial na formação de vínculos duradouros com o bem e na construção de públicos capazes de o reconhecer, interpretar e defender no futuro (Díaz-Andreu & Ruiz, 2017; Barreiro, Téllez & Ruiz Zapatero, 2014). Mais do que mero suplemento pedagógico, ela constitui uma das infraestruturas sociais da própria patrimonialização.

Os atores associativos formulam de modo particularmente explícito a exigência de governação participativa. Nos seus discursos, o C a deve ser gerido de forma tecnicamente qualificada, mas também territorialmente enraizada, com maior proximidade entre instituições, gestores e comunidade.

O material intergeracional reforça este diagnóstico. O grupo juvenil acentua divulgação e mobilização das novas gerações; o grupo s nior insiste em retorno local, conhecimento mútuo entre direção e população e criação de canais estáveis de consulta. Em ambos os casos, a governação aparece como problema de mediação e inteligibilidade social do património.

A insistência em mediação, proximidade e participação permite, assim, reavaliar a própria noção de gestão patrimonial. O que está em causa não é apenas administrar um sítio reconhecido, mas criar condições para que diferentes públicos possam compreender a sua relevância, reconhecer-se de algum modo nele e participar, em graus diversos, na definição do seu futuro social. No caso do C a, a governação aparece como zona de tradução entre escalas: articula conhecimento especializado, memória territorial, expectativas econ micas, educação e cidadania patrimonial. É neste ponto que a questão dos valores deixa de ser apenas diagnóstica e se torna programática (Colomer, 2021; European Union, 2018).

8. Temporalidades geracionais e memória do conflito

Uma dimensão que merece tratamento aut nomo é a redistribuição geracional das saliências axiológicas. Os grupos focais mostram que jovens e seniores não

divergem quanto ao reconhecimento da relevância do Côa, mas sim quanto ao modo como inscrevem essa relevância nas suas biografias e horizontes de expectativa. Entre os jovens, o património tende a ser lido como herança universal a comunicar, dispositivo de diferenciação territorial e responsabilidade de futuro. O conflito da barragem é conhecido retrospectivamente, através da escola, da memória social e do discurso público, o que favorece uma relação mais reflexiva e mais voltada para a necessidade de tornar o património mobilizador para novas gerações.

Entre os seniores, pelo contrário, a valoração do sítio é filtrada pela experiência do percurso histórico efetivamente vivido: as tensões entre barragem e gravuras, o período de afirmação do Parque, a criação do Museu e a avaliação pragmática dos benefícios e limites entretanto observados (Nora, 1989; Samuel, 1994). A diferença torna-se particularmente nítida quando uma participante do Grupo Focal Associação Juvenil afirma que, “sabendo o histórico”, seria “completamente a favor” da salvaguarda (Grupo Focal Associação Juvenil, 2022), ao passo que, no Grupo Focal Universidade Sénior, o enfoque recai menos na decisão retrospectiva do que na exigência de que o Côa produza reconhecimento e benefício mais tangíveis no presente (Grupo Focal Universidade Sénior, 2023).

Esta diferença não é menor, porque revela que a temporalidade da relação patrimonial condiciona fortemente a hierarquia dos valores mobilizados. Os jovens tendem a combinar valor histórico-universal, comuni-

cação, educação e futuro; os seniores articulam valor histórico-social, memória do conflito e exigência de maior tradução local do reconhecimento patrimonial. Em ambos os casos, o património é importante; mas, enquanto num grupo ele aparece sobretudo como herança a projetar, no outro surge como herança já comprovada, que agora precisa de ser socialmente aprofundada. A clivagem geracional é, por conseguinte, menos cognitiva do que experiencial: remete para modos distintos de ter conhecido o Côa, de ter participado ou não na sua defesa e de avaliar os efeitos da sua consagração sobre o território (Uzzell, 1996; Pastor Pérez & Díaz-Andreu, 2022).

A atenção a esta diferença ajuda a evitar dois equívocos frequentes. O primeiro seria supor que as novas gerações estão necessariamente distantes do património; o corpus sugere antes que a sua relação é mediada por outras linguagens, mais centradas em comunicação, educação e potencial de mobilização social. O segundo seria imaginar que os grupos mais velhos mantêm apenas uma leitura memorial; na verdade, o que aparece nos discursos seniores é uma combinação de memória, prudência e exigência, isto é, a convicção de que a grandeza do bem precisa de se traduzir em proximidade institucional e em retorno mais perceptível. Neste ponto, a análise confirma que o valor patrimonial é inseparável das condições históricas concretas em que é vivido e narrado (Nora, 1989; Uzzell, 1996). A **Tabela 2** sintetiza esta redistribuição comparativa das saliências qualitativas por grupos.

Grupo	Histórico-científico	Social-identitário	Económico-turístico	Participação-governança	Tendência dominante
Comunidade escolar	Alto	Médio/alto	Médio	Médio	Histórico-educativo
Guias do PAVC	Muito alto	Médio/alto	Médio	Médio/alto	Histórico-científico
Membros da comunidade	Médio/alto	Alto	Médio	Médio	Identitário-social
Agentes económicos	Médio	Médio	Alto	Médio	Económico-territorial
Setor social	Médio	Médio	Alto	Baixo/médio	Utilidade social local
Atores associativos	Médio/alto	Alto	Médio	Alto	Social-participativo
Grupo focal juvenil	Alto	Médio	Médio	Médio	Histórico-universal
Grupo focal sénior	Alto	Médio/alto	Médio	Médio/alto	Histórico-social

Tabela 2: Saliência qualitativa comparativa dos valores patrimoniais por grupos

Nota: As expressões alto, médio/alto, médio e baixo/médio designam saliências qualitativas relativas, inferidas a partir da recorrência temática, do peso argumentativo dos segmentos, da hierarquização explícita dos valores e da convergência interpretativa entre grupos; não correspondem a frequências estatísticas rígidas.

9. Discussão

Lidos no quadro mais amplo da investigação, os resultados confirmam e densificam tendências observadas noutras escalas analíticas. A centralidade do valor histórico-científico reaparece na comunidade, mas combinada com disputas de apropriação, retorno territorial e participação que se tornam especialmente visíveis quando o foco recai

sobre atores localizados. A escala comunitária não anula, por isso, as hierarquias de valor; torna antes mais observável o modo como elas são socialmente recebidas, reinterpretadas e por vezes problematizadas.

A Figura 2 oferece uma síntese gráfica desta distribuição relacional dos valores, convertendo a matriz qualitativa da Tabela 2 numa visualização ordinal estritamente analítica. O seu objetivo é apenas tornar mais legíveis os contrastes relativos entre grupos e dimensões de valor.

Como a Figura 2 torna visível, a maior concentração de saliências elevadas verifica-se no eixo histórico-científico, enquanto as intensidades mais assimétricas se distribuem entre valores social-identitários, económico-territoriais e participativos. Importa,

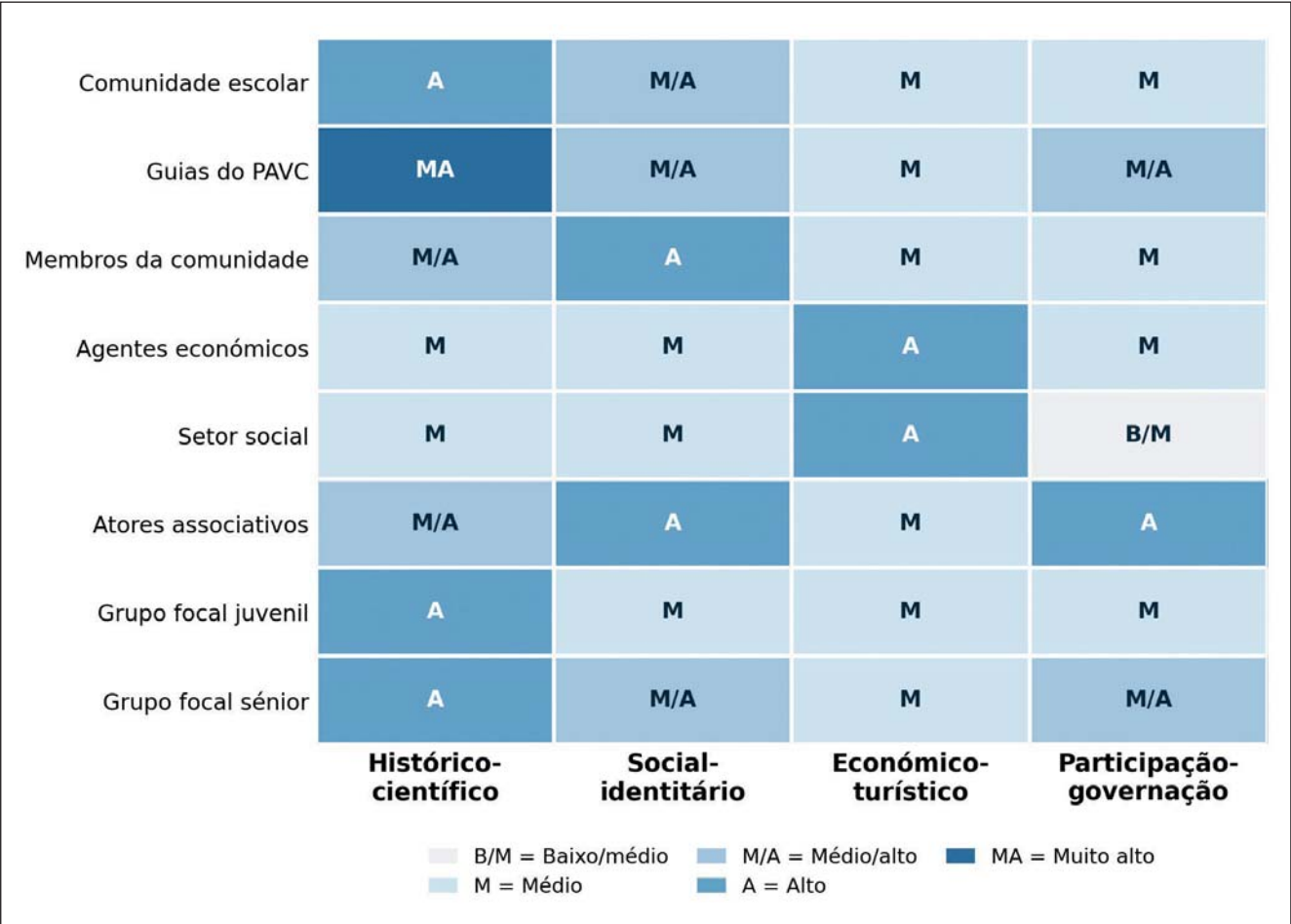


Figura 2: Visualização sintética das saliências qualitativas por grupo e dimensão de valor. Gráfico original do autor, derivado da Tabela 2 do artigo, com função exclusivamente heurística.

Nota: Escala ordinal indicativa derivada da Tabela 2 (B/M = baixo/médio; M = médio; M/A = médio/alto; A = alto; MA = muito alto). A figura tem função exclusivamente heurística e não traduz frequências estatísticas.

contudo, recordar que a saliência atribuída a segmentos empiricamente mais reduzidos deve ser lida como indício analítico e não como posição comparativamente estabilizada.

A leitura comparativa do corpus permite formular três conclusões interpretativas de alcance mais geral. Em primeiro lugar, o Côa configura um caso de pluralidade axiológica hierarquizada. Os valores histórico-científicos formam o núcleo mais estabilizado da legitimidade patrimonial; os valores social-identitários, económico-territoriais e participativos distribuem-se de modo desigual, consoante a posição dos atores e o seu tipo de relação com o sítio. A pluralidade não equivale, por isso, a indistinção: a patrimonialização envolve sempre seleção, ordenação e estabilização do valor, e certos regimes de valor dispõem de maior capacidade de generalização pública do que outros (Fredheim & Khalaf, 2016; Stephenson, 2008; Wagenaar, Rodenberg & Rutgers, 2023).

Em segundo lugar, persiste uma diferença entre consagração institucional e apropriação social. O reconhecimento do valor do Côa é hoje amplíssimo, mas esse consenso não se traduz automaticamente em participação intensa, integração quotidiana ou distribuição equilibrada dos benefícios. O caso confirma, portanto, que a inscrição patrimonial, por mais forte que seja, não resolve por si só a questão do reconhecimento social. Tal como a literatura sobre impactos da inscrição em Património Mundial tem assinalado, a legitimação internacional pode

coexistir com apropriações locais incompletas e retornos territorialmente desiguais (Jimura, 2011; Cleere, 2012; Smith, 2006; Waterton & Smith, 2010; Jones, 2017).

Em terceiro lugar, a sustentabilidade do Côa depende de uma articulação mais densa entre conservação, participação, mediação e governação. O exemplo de Altamira é instrutivo a este respeito. A bibliografia produzida em torno do valor social de Altamira mostrou que a conservação preventiva, a gestão do acesso, a transparência técnico-científica e o envolvimento público não são dimensões independentes, mas componentes mutuamente implicadas de um mesmo problema de sustentabilidade patrimonial (Parga-Dans, 2014; Barreiro & Criado-Boado, 2015; Téllez Delgado & Parga-Dans, 2015). O caso do Côa acrescenta que essa sustentabilidade depende também da capacidade de traduzir hierarquias de valor em dispositivos de gestão reflexivos, territorialmente inteligíveis e abertos a formas substantivas de participação.

Estas conclusões têm tradução operacional. A mediação deve ser reconhecida como infraestrutura patrimonial e não como atividade acessória, pois é nela que se joga a tradução entre legitimidade institucional, inteligibilidade pública e apropriação social. Do mesmo modo, a gestão deve ser lida como domínio operativo em que as hierarquias de valor se tornam decisões, prioridades e omissões. A Tabela 3 sintetiza as tensões analíticas que estruturam esta valoração plural do Côa.

Tensão analítica	Polaridade 1	Polaridade 2	Grupos onde surge com maior nitidez
Conservação / uso público	primado conservacionista e científico	ênfase no retorno territorial do uso turístico	guias; comunidade escolar / agentes económicos; setor social
Reconhecimento / apropriação	consagração institucional forte	apropriação social ainda desigual	membros da comunidade; atores associativos; grupo sénior
Identidade / utilidade	património como símbolo e pertença	património como recurso e oportunidade	comunidade escolar; grupos focais / agentes económicos
Participação / tutela	relevância da autoridade técnico-científica	exigência de proximidade e envolvimento local	atores associativos; comunidade; grupos focais

Tabela 3: Tensões analíticas estruturantes na valoração do Côa

10. Implicações para uma agenda de gestão patrimonial

Se a análise produzida neste artigo tiver utilidade para além da descrição sociológica do caso, ela reside na possibilidade de informar uma agenda de gestão mais fina para o Côa. A primeira implicação é reconhecer que a valoração plural do património exige dispositivos permanentes de leitura social dos seus efeitos, tensões e assimetrias de reconhecimento. Sem essa leitura, a gestão arrisca reiterar a consagração do bem sem aprofundar a sua inteligibilidade territorial.

A segunda implicação prende-se com a mediação. O corpus mostra que escola, guias e instituições patrimoniais desempenham papel decisivo na tradução social do valor, o que exige continuidade de programas educativos, circuitos interpretativos e mecanismos de contacto regular com a população. A mediação não surge, assim, como suplemento comunicacional, mas como condição de ligação entre património classificado, experiência social e formação de públicos territorialmente enraizados.

A terceira implicação diz respeito à governação. Os dados sugerem a importância de reforçar modelos de proximidade, sem confundir participação comunitária com substituição do conhecimento especializado. Uma agenda de gestão mais robusta exige cartografia dinâmica dos atores, escuta social estruturada e dispositivos estáveis de coordenação entre conservação, mediação, decisão territorial e reconhecimento comunitário. Exige, além disso, distinguir participação substantiva de simples circulação de informação.

A literatura internacional tem mostrado que a colaboração entre conservação, turismo e comunidade depende de canais estáveis de comunicação e coordenação (Aas, Ladkin & Fletcher, 2005), e que a implementação de programas patrimoniais é condicionada por apoio político local, financiamento e desenho institucional (Raposinho & Mota, 2019).

Articuladas com os restantes resultados da investigação, estas implicações sugerem que o futuro do Côa depende menos da reiteração abstrata da sua excecionalidade e mais da capacidade de a traduzir em mediação, coordenação territorial, inteligibilidade pública e reconhecimento social continuado.

Por fim, a questão do retorno territorial não pode ser ignorada. O valor económico do Côa é amplamente reconhecido, mas a sua tradução local continua a ser percecionada como desigual e dependente de melhor articulação entre visitação, cidade e tecido económico. Uma governação patrimonial sensível à pluralidade dos valores terá, por isso, de considerar não apenas a conservação do bem, mas também os modos como o património produz — ou não — utilidade social territorialmente percebida.

11. Limites do estudo e pistas para investigação futura

Importa, por fim, assinalar alguns limites do presente artigo. Trata-se de um recorte qualitativo inscrito numa investigação mais ampla, centrado na escala comunitária e assente em subcorpora com densidades desiguais. As saliências comparativas propostas são heurísticas e não estatísticas, e alguns segmentos - designadamente o setor social - mantêm caráter exploratório. Os resultados obtidos possuem, por isso, elevada densidade interpretativa, mas não se destinam a produzir generalizações probabilísticas sobre a totalidade da população do território.

Estes limites não diminuem a consistência do argumento central; tornam antes mais nítido o horizonte analítico em que ele se inscreve. O caso do Côa sugere que a agenda de investigação futura deve aprofundar quatro planos: monitorização longitudinal das apropriações sociais; análise territorial da conversão económica do património; estudo comparado dos modelos de governação participativa em sítios arqueológicos; e observação mais fina das mediações públicas através das quais a excecionalidade patrimonial se torna - ou não - inteligível para diferentes públicos.

12. Conclusão

Ao analisar as perspetivas de atores locais sobre os valores patrimoniais dos Sítios de Arte Rupestre Pré-Histórica do Vale do Rio Côa, este artigo procurou mostrar que a significância do bem não reside numa essência única, mas numa composição relacional de valores que se estabilizam, se hierarquizam e se

disputam no espaço social. O Côa afirma-se, para a maioria dos participantes, como património de valor muito elevado; mas aquilo que o torna relevante varia segundo a posição dos atores, a memória do conflito, a proximidade institucional, a experiência territorial e as expectativas projetadas sobre o futuro do concelho.

O contributo central da análise reside em demonstrar que a robustez do núcleo histórico-científico do Côa convive com formas persistentes de apropriação social desigual. Essa coexistência impede leituras celebratórias e obriga a tratar a gestão patrimonial como problema simultaneamente conservacionista, social e político, isto é, como domínio em que as hierarquias de valor se tornam operativas. Mais do que confirmar a pluralidade de valores, o caso do Côa mostra que essa pluralidade é relacionalmente hierarquizada e que a consagração institucional não coincide automaticamente com apropriação comunitária plena (Smith, 2006; Waterton & Smith, 2010; Jones, 2017). Lido no quadro mais amplo da investigação, o artigo mostra que a valoração social do Côa não pode ser compreendida isoladamente na escala comunitária, mas apenas em articulação com outras instâncias de legitimação, mediação e decisão. O texto não pretende esgotar o sistema social do Côa; pretende tornar analiticamente visível a forma como a escala local reinscreve, traduz e por vezes problematiza valores estabilizados noutras escalas patrimoniais. É nessa tradução desigual entre reconhecimento institucional, inteligibilidade pública e participação que se joga, em larga medida, a sustentabilidade futura do bem.

Referências bibliográficas

AAS, Catherine; LADKIN, Adele; FLETCHER, John (2005) - Stakeholder collaboration and heritage management. *Annals of Tourism Research*. 32:1, pp. 28-48.

AVRAMI, Erica; MACDONALD, Susan; MASON, Randall; MYERS, David, eds. (2019) - *Values in heritage management: Emerging approaches and research directions*. Los Angeles: Getty Conservation Institute.

AZZOPARDI, E.; KENTER, J. O.; YOUNG, J.; LEAKEY, C.; O'CONNOR, S.; MARTINO, S.; FLANNERY, W.; SOUSA, L. P.; MYLONA, D.; FRANGOUEDES, K.; BÉGUIER, I.; PAFI, M.; DA SILVA, A. R.; AINSCOUGH, J.; KOUTRAKIS, M.; DA SILVA, M. F.; PITA, C. (2023) - What are heritage values? Integrating natural and cultural heritage into environmental valuation. *People and Nature*. 5:2, pp. 368-383.

BARREIRO, David; CRIADO-BOADO, Felipe (2015) - Analizando el valor social de Altamira. *Revista PH*. 23:87, pp. 108-127.

BARREIRO, David; TÉLLEZ, Victoria; RUIZ ZAPATERO, Gonzalo (2014) - *Altamira en la escuela*. Madrid: Digital.CSIC.

BURTENSHAW, Paul (2014) - Mind the Gap: Cultural and Economic Values in Archaeology. *Public Archaeology*. 13:1-3, pp. 48-58.

CASTILLO, Alicia (2015) - Mapping stakeholders in archaeological heritage management. In VAN DEN DRIES, Monique H.; VAN DER LINDE, Sjoerd J.; STRECKER, Amy, eds. - *Fernweh: Crossing borders and connecting people in archaeological heritage management: Essays in honour of prof. Willem J.H. Willems*. Leiden: Sidestone Press, pp. 64-67.

CASTILLO, Alicia (2019) - Participative processes in cultural heritage management. Methodology and critical results based on experiences within the Spanish World Heritage context. *Post-Classical Archaeologies*. 9, pp. 61-76.

CASTILLO, Alicia; DOMÍNGUEZ, Marta; YÁÑEZ, Ana (2016) - Citizen perception about world heritage and archaeology in three Spanish cities: First methodological case studies. *Complutum*. 27:2, pp. 295-314.

CLEERE, Henry (2012) - The impact of World Heritage listing. In 17th ICOMOS General Assembly, Paris 2011: *Heritage, driver of development*. Paris: ICOMOS, pp. 519-525.

COLOMER, Laia (2021) - Exploring participatory heritage governance after the EU Faro Convention. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*. 13:4, pp. 856-871.

CORTÉS-VÁZQUEZ, Julia; JIMÉNEZ-ESQUINAS, Guadalupe; SÁNCHEZ-CARRETERO, Cristina (2017) - Heritage and participatory governance: An analysis of political strategies and social fractures in Spain. *Anthropology Today*. 33:1, pp. 15-18.

COUNCIL OF EUROPE (2005) - Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society. Faro: Council of Europe.

DE LA TORRE, Marta, ed. (2002) - Assessing the values of cultural heritage. Los Angeles: Getty Conservation Institute.

DÍAZ-ANDREU, Margarita (2017) - Heritage values and the public. *Journal of Community Archaeology & Heritage*. 4:1, pp. 2-6.

DÍAZ-ANDREU, Margarita; RUIZ, Ana (2017) - Interacting with heritage: Social inclusion and archaeology in Barcelona. *Journal of Community Archaeology & Heritage*. 4:1, pp. 53-68.

EUROPEAN UNION (2018) - Participatory governance of cultural heritage. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

FOUSEKI, Kalliopi; SAKKA, Niki (2013) - Valuing an Ancient Palaestra in the Centre of Athens: The Public, the Experts, and Aristotle. *Conservation and Management of Archaeological Sites*. 15:1, pp. 30-44.

FREDHEIM, L. Harald; KHALAF, Manal (2016) - The significance of values: heritage value typologies re-examined. *International Journal of Heritage Studies*. 22:6, pp. 466-481.

GARCÍA CANCLINI, Néstor (1999) - Los usos sociales del patrimonio cultural. In AGUILAR CRIADO, Encarnación, ed. - *Patrimonio etnológico: nuevas perspec-*

tivas de estudio. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, pp. 16-33.

GOULD, Peter G. (2016) - On the Case: Method in Public and Community Archaeology. *Public Archaeology*. 15:1, pp. 5-22.

HARRISON, Rodney (2013) - *Heritage: Critical approaches*. London: Routledge.

HEINICH, Nathalie (2017) - *Des valeurs: Une approche sociologique*. Paris: Gallimard.

JIMURA, Takamitsu (2011) - The impact of World Heritage Site designation on local communities: A case study of Ogimachi, Shirakawa-mura, Japan. *Tourism Management*. 32:2, pp. 288-296.

JONES, Siân (2017) - Wrestling with the social value of heritage: Problems, dilemmas and opportunities. *Journal of Community Archaeology & Heritage*. 4:1, pp. 21-37.

LI, J.; KRISHNAMURTHY, Sukanya; RODERS, Ana Pereira; VAN WESEMAEL, Pieter (2020) - State-of-the-practice: Assessing community participation within Chinese cultural World Heritage properties. *Habitat International*. 96, 102107.

LOW, Setha M. (2002) - Anthropological-Ethnographic Methods for the Assessment of Cultural Values in Heritage Conservation. In DE LA TORRE, Marta, ed. - *Assessing the values of cultural heritage*. Los Angeles: Getty Conservation Institute, pp. 31-50.

MASON, Randall (2002) - Assessing values in conservation planning: Methodological issues and choices. In DE LA TORRE, Marta, ed. - *Assessing the values of cultural heritage*. Los Angeles: Getty Conservation Institute, pp. 5-30.

MYDLAND, Live; GRAHN, Wera (2012) - Identifying heritage values in local communities. *International Journal of Heritage Studies*. 18:6, pp. 564-587.

- NORA, Pierre (1989) - Between memory and history: Les lieux de mémoire. *Representations*. 26, pp. 7-24.
- PARGA-DANS, Eva (2014) - Estudio sociológico. Madrid: Digital.CSIC.
- PARGA-DANS, Eva; ALONSO GONZÁLEZ, Pablo (2019) - Sustainable tourism and social value at World Heritage Sites: Towards a conservation plan for Altamira, Spain. *Annals of Tourism Research*. 74, pp. 68-80.
- PASTOR PÉREZ, Aida; DÍAZ-ANDREU, Margarita (2022) - Evolución de los valores del patrimonio cultural. *Revista de Estudios Sociales*. 80, pp. 3-20.
- PASTOR PÉREZ, Aida; RUIZ MARTÍNEZ, Ana (2018) - Analysing heritage and participation in the Gothic Quarter of Barcelona: Some methodological insights. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. 28, pp. 115-147.
- RAPOSINHO, Diamantino; MOTA, Luís F. (2019) - The Challenging Implementation of World Heritage Historic Centres' Preservation Programmes: A Comparative Case-Study Analysis in Portugal. *The Historic Environment: Policy & Practice*. 10:2, pp. 178-197.
- QUINTERO MORÓN, Victoria; SÁNCHEZ CARRETERO, Cristina (2017) - Los verbos de la participación social y sus conjugaciones: contradicciones de un patrimonio "democratizador". *Revista Andaluza de Antropología*. 12, pp. 48-69.
- SAMUEL, Raphael (1994) - *Theatres of memory*. London: Verso.
- SMITH, Laurajane (2006) - *Uses of heritage*. London: Routledge.
- STEPHENSON, Janet (2008) - The Cultural Values Model: An integrated approach to values in landscapes. *Landscape and Urban Planning*. 84:2, pp. 127-139.
- TÉLLEZ DELGADO, Victoria; PARGA-DANS, Eva (2015) - Altamira: hegemonía de élite y valor social en conflicto. In CASTILLO MENA, Alicia, coord. - *Actas del II Congreso Internacional de Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial: Personas y Comunidades*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, pp. 355-374.
- THROSBY, David (2006) - The value of cultural heritage: what can economics tell us? In CLARK, Kate, ed. - *Capturing the Public Value of Heritage: The Proceedings of the London Conference*. London: English Heritage, pp. 40-43.
- UZZELL, David L. (1996) - Creating place identity through heritage interpretation. *International Journal of Heritage Studies*. 1:4, pp. 219-228.
- VARGAS VELÁSQUEZ, Amílcar Guillermo (2020) - *La participación social en el Patrimonio Mundial: El caso de los sitios arqueológicos en México*. Barcelona: Universitat de Barcelona. Tese de doutoramento.
- WAGENAAR, Pieter; RODENBERG, Jacob; RUTGERS, Mark (2023) - The crowding out of social values: On the reasons why social values so consistently lose out to other values in heritage management. *International Journal of Heritage Studies*. 29:8, pp. 759-772.
- WALLACE, Ashley (2013) - Presenting Pompeii: Steps towards Reconciling Conservation and Tourism at an Ancient Site. *Papers from the Institute of Archaeology*. 22, pp. 115-136.
- WATERTON, Emma; SMITH, Laurajane (2010) - The recognition and misrecognition of community heritage. *International Journal of Heritage Studies*. 16:1-2, pp. 4-15.

Fontes primárias / Corpus empírico

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 01_ASSOC_PAVC [Entrevista semiestruturada, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 02_ASSOC_PAVC [Entrevista semiestruturada, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 03_ASSOC_PAVC [ASSOC03; entrevista semiestruturada, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 04_ASSOC_PAVC [Entrevista semiestruturada, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 01_CE_PAVC [Entrevista semiestruturada, comunidade escolar, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 02_CE_PAVC [CE02; entrevista semiestruturada, comunidade escolar, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 03_CE_PAVC [Entrevista semiestruturada, comunidade escolar, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 01_GUIASPAVC [Entrevista semiestruturada, guias do PAVC, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 02_GUIASPAVC [GUIA02; entrevista semiestruturada, guias do PAVC, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 03_GUIASPAVC [Entrevista semiestruturada, guias do PAVC, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 01_MCPAVC [MC01; entrevista semiestruturada, membros da comunidade, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 02_MCPAVC [Entrevista semiestruturada, membros da comunidade, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 03_MCPAVC [Entrevista semiestruturada, membros da comunidade, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 04_MCPAVC [Entrevista semiestruturada, membros da comunidade, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 05_MCPAVC [Entrevista semiestruturada, membros da comunidade, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 01_SCT_PAVC [Entrevista semiestruturada, setor comercial e turístico, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 02_SCT_PAVC [Entrevista semiestruturada, setor comercial e turístico, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 03_SCT_PAVC [Entrevista semiestruturada, setor comercial e turístico, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Entrevista 01_SS_PAVC [Entrevista semiestruturada, setor social, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2022) - Grupo Focal Associação Juvenil [Grupo focal, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.

FRANCISCO, J. P. (2023) - Grupo Focal Universidade Sénior [Grupo focal, corpus da investigação doutoral]. Arquivo do autor.